

PROJETO DE LEI 06/2011-E

**AUTORIZA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

Art. 1.º Fica o Executivo Municipal de Agudo autorizado, com base no art. 37, IX, da Constituição Federal e art. 247, III, da Lei Complementar 02/2002, de 31 de dezembro de 2002, a contratar temporariamente por excepcional interesse público uma Nutricionista, Padrão 11, carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2.º O contrato de que trata esta Lei será de Natureza Administrativa e terá vigência de tres meses, contados a partir da data de sua assinatura, com remuneração mensal de R\$ 1.800,95 (hum mil, oitocentos reais e noventa e cinco centavos), valor proporcional ao vencimento básico do cargo de Nutricionista, assegurado ao contratado os direitos e imputados os deveres previstos na Lei Complementar 02/2002, de 31 de dezembro de 2002

Art. 3.º Comprovado o interesse público e a persistência da necessidade, o contrato de que trata a presente lei, poderá ser renovado uma única vez, por igual período.

Art. 4.º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

2046 – Manutenção do Ensino Fundamental e Construção de Quadras Poliesportivas

3.1.90.16.32.0000 – Substituições – 3242

3.1.90.13.02.0100 – INSS - 2471

Recurso: MDE (020)

Art. 5.º O servidor contratado com amparo nesta lei será vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Agudo, 11 de março de 2011.

ARI ALVES DA ANUNCIAÇÃO
Prefeito Municipal

M E N S A G E M

Senhor Presidente e Senhores Vereadores:

Ao cumprimentarmos Vossas Excelências, encaminhamos para trâmite, em regime de urgência, o Projeto de Lei que **AUTORIZA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

A contratação em pauta faz-se necessária em virtude da Licença Gestante da titular, Mariana Paula Azambuja. O Contrato será de Natureza Administrativa, com salário mensal, para 20(vinte) horas semanais, de R\$ 1.800,95 (hum mil, oitocentos reais e noventa e cinco centavos).

Em anexo, enviamos cálculo do impacto orçamentário-financeiro decorrente do Projeto em pauta.

Na certeza da sensibilidade dos Senhores Vereadores para suprir a deficiência apontada, aguardamos a aprovação do presente Projeto de Lei.

ARI ALVES DA ANUNCIAÇÃO
Prefeito Municipal